

PERSPETIVAS

Debate sobre temas fundamentais
em morfologia urbana

Morfologia urbana e legislação urbanística. Como a utilização da análise tipo-morfológica pode auxiliar na aplicação da legislação urbanística em diferentes setores da cidade de São Paulo

Denise Antonucci, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Rua Itambé, 143 - Prédio 9, 01302-907 São Paulo, Brasil. E-mail: antonucci.denise@gmail.com

O interesse pelos estudos e instrumentos definidos pela morfologia urbana surgiu por meio de experiência didática desenvolvida na disciplina Urbanismo ministrada, inicialmente, em diferentes semestres da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie desde a virada do século. Considerava-se, naquele momento, que as Operações Urbanas (instrumento urbanístico proposto pela gestão municipal para setores da cidade implicando parceria público-privada) seriam o instrumento urbanístico mais eficiente para a definição do projeto urbano, mas, perguntava-se se deveriam ser sempre utilizadas. No entanto a análise morfológica é imprescindível para que esse processo se realizasse com sucesso.

Ao longo de quase 20 anos, transitei por todas as etapas da disciplina Urbanismo, abordando de diferentes maneiras, da rua à região, a necessidade do conhecimento e reconhecimento do facto urbano em suas diferentes escalas. Este conhecimento foi aprofundado pela utilização da metodologia proposta pela morfologia urbana a partir de duas vertentes reconhecidas pelo

International Seminar on Urban Form (ISUF), anglo-saxã e italiana, baseadas nos ensinamentos de M. G. R. Conzen e Saverio Muratori.

Porém, persiste uma preocupação maior – apesar do aprofundamento dos debates sobre morfologia e projeto urbanos, pouco se evoluiu na discussão da relação entre morfologia urbana e legislação urbanística. E ainda mais sério, a relação entre análise morfológica e cidade real, não construída sob preceitos da legislação urbanística.

Deve-se destacar que se considera o Estado – o poder público municipal – como gestor dos diversos interesses conflitantes existentes na cidade e o plano diretor como projeto social, e com este a distribuição racional dos benefícios entre os diversos grupos de interesse na cidade.

A rentabilidade social dos recursos está condicionada a uma intervenção mais ampla do poder público na produção do espaço urbano de modo a quebrar o círculo vicioso, que tem origem nos vazios urbanos. Os vazios urbanos aparecem como causadores de problemas na cidade. Pode-se deduzir que se todos os espaços vazios (lotes

ou edifícios desocupados) existentes na área servida por infraestrutura fossem ocupados, os problemas, em sua grande parte, encontrariam solução.

As premissas apontadas levam a refletir sobre dois pontos importantes, o caráter destemido - ou utópico - dos planejadores ao acreditar que por meio de diretrizes poderiam dar uma nova racionalidade a uma cidade já estruturada como São Paulo, e ainda pensar ser possível um processo não voltado para o mercado imobiliário. Verifica-se a ausência de nuances no atuar dos planejadores, que não consideraram a presença dos agentes produtores da cidade, o setor privado e muitas vezes, o próprio setor público que age independente de regras racionalizadoras, ou apesar delas.

A legislação urbanística ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei.

A metodologia da análise tipo-morfológica pode vir a contribuir na aplicação de novos instrumentos urbanísticos contidos na recente legislação do Município de São Paulo (Plano Diretor Estratégico, Planos Diretores Regionais e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo).

A aprovação recente da nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei n.º 16 402, 22/03/2016) não permite avaliar o quanto a cidade mudará a partir de sua aplicação. O que trouxe de inovador foi a participação da população em sua formulação final.

A análise tipo-morfológica de setores de bairro construídos lícita ou ilícitamente permite verificar a permanência da lei e os processos de transformação causados por sua utilização.

As demandas por uma cidade inserida na economia global sugerem a participação do Estado não apenas como coordenador, mas como instigador de mudanças no espaço urbano, que garantam acessibilidade e qualidade de vida aos cidadãos e à cidade.

As cidades (e os seus governantes) tentam hoje criar uma imagem positiva e de boa qualidade de si mesmas, e têm procurado na arquitetura e no projeto urbano o atendimento a essa necessidade. Dar determinada imagem à cidade por meio da organização dos espaços se

tornou um método de atrair capital e pessoas num período de competição interurbana e de empreendimentos urbanos intensificados. Para que essas intervenções urbanas tenham um caráter democrático, devem ser precedidas de normas democraticamente elaboradas contidas no Plano Diretor, que estabeleçam prioridades para a cidade e na Legislação de Uso e Ocupação do Solo que as confirme.

Para avaliar-se a forma urbana atual de São Paulo, deve-se conhecer de um modo mais sistemático os tecidos urbanos que se formaram em setores de bairros na cidade de São Paulo, durante o século XX. Para isso torna-se necessária a análise dos tipos de tecidos urbanos, por meio de sua descrição e possíveis qualidades, inserindo-os na lógica do processo de produção da cidade, ressaltando o papel da legislação urbanística na sua definição. Esse instrumental analítico, colocado à disposição dos planejadores urbanos, urbanistas e arquitetos, permitirá melhor qualificação de proposições relativas a planos e projetos urbanos para a cidade de São Paulo.

A partir da reflexão sobre um sistema de áreas e respetivo conjunto de demandas, pode-se pensar na antecipação de novas referências urbanas. A perspectiva de expressão das áreas a serem estudadas pressupõe reflexão teórica pela qual seria possível reconhecer conceitualmente situações urbanas emergentes e elaborar projetos que aumentassem suas potencialidades. Novas possibilidades seriam então consideradas por meio da articulação de projetos públicos e a transformação da cidade a partir de pontos estratégicos de renovação, garantindo sua legitimidade.

A formação dos tecidos urbanos deve ser analisada, por meio de estudos sistemáticos, condicionados pela estruturação urbana que passa pelo processo de produção, apropriação e consumo da cidade.

Os estudos morfológicos abrirão novas perspectivas para a compreensão da paisagem urbana, permitindo uma avaliação qualitativa do espaço urbano e apontando caminhos tanto para a preservação e requalificação do tecido urbano quanto para a elaboração de projetos urbanos para áreas degradadas ou ainda não ocupadas.

Praeter utilitas

Miguel Melo Bandeira, Câmara Municipal de Braga, Praça do Município, 4700-435 Braga, Portugal. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto, Portugal. E-mail: miguel.bandeira@cm-braga.pt

Atualmente, tudo aquilo que não se justifica pela sua utilidade parece carecer de sentido, ou é

mesmo considerado como sendo inútil por uma ampla banda de pragmáticos. Até o próprio

conhecimento, pela sua incondicionalidade e voluntarismo intrínseco, que popularmente era tido por ‘não ocupar espaço’, hoje em dia, sugere-se, só poder ‘valer’ sentido, ou sequer merecer crédito, sobretudo, de quem se arvora de o referenciar, se tiver uma aplicabilidade prática, tanto melhor, quanto mais esta for imediata e contenha uma suscetibilidade tecnológica.

E no entanto, à questão de ‘para que serve’, no caso, ‘a morfologia urbana’, para lá da sua dimensão utilitarista, que não utilitária (tendo em conta o fim), desde logo inscreve-se o valor hermenêutico do que esta pode significar para o conhecimento e a compreensão dos fenómenos e dos estudos urbanos. Questão, ela própria, que convoca outras bem mais elementares. O que é, então, a morfologia urbana? Que importância tem? E por fim, naturalmente, para que poderá servir?

No princípio é sempre o étimo. Dos helénicos *morphé* e *logos* – *μορφολογος* – simplesmente remissível para o estudo das formas. Isto é, o conhecimento da ‘forma urbana’, uma das mais antigas apreensões do estudo da cidade, de cuja ‘episteme’ geográfica nos pode ajudar a fixar uma genealogia do desenvolvimento metodológico e do objeto de estudo. Diríamos, uma espécie de ‘geomorfologia’ da geografia urbana. Desde logo alicerçada na indagação da origem da cidade, veiculada às condicionantes geomórficas do ‘sítio’ e da ‘posição’; depois, ao estudo do ‘plano urbano’ (combinação dos ‘espaços construídos’ e os ‘livres’: de ‘circulação’ e ‘verdes’ (Oliveira, 1973), e ao estudo sistemático dos elementos do desenho e da forma urbana, desde Mumford (1961), um dos grandes sintetizadores deste estudo interdisciplinar aplicado ao urbanismo. De espécie ou género (*eidos*) de caracterização clássica da cidade, que considera ‘a forma como princípio ativo do composto substancial’, a forma urbana, na visão ‘Kantiana’, passa a ser uma ‘estrutura sensível’ (espaço / tempo) do pensamento humano, para, a partir da fenomenologia de Hegel, jamais se admitir destituída de conteúdo. Isto é, do estudo epidérmico, estrito da configuração e / ou estrutura externa, evoluiu até à *morphé*, pela qual, glosando o romancista Victor Hugo, a forma urbana ‘é o fundo que remete à superfície’. A morfologia urbana exprime, pois, ‘a organização económica, a organização social, as estruturas políticas, os objetivos dos grupos sociais dominantes’ (Capel, 2002), a cultura, as cosmologias, utopias, etc., compreendendo os estudos sistemáticos da origem das cidades, dos processos e dos agentes de crescimento e de desenvolvimento (‘morfogénese’), do plano e da estrutura de uma cidade, em particular, e do

espaço urbano, em geral. Dada a sua natureza física (os traçados e os planos) tende a privilegiar a análise visual do espaço urbano (desenho e ‘morfo-volumetria’), pelo que frequentemente se confunde com o domínio da ‘paisagem urbana’. A morfologia urbana pode ser entendida à escala de diversas tipologias de plano, como por exemplo, geomórfico, radio-concêntrico, ortogonal, irregular, compósito (espontâneo e planeando). Por outro lado, pode ser decomposta em dimensões espaciais, como nos propõe Rossi e Tricart (Lamas, 1993): a cidade, o bairro e a rua, ou por elementos básicos: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado / a rua, a praça, o monumento, árvores e vegetação, e mobiliário urbano (Lamas, 1993).

A evolução das teorias relativas à forma urbana pode igualmente inscrever-se em diversas tradições fundamentais: os trabalhos pioneiros de geografia urbana franceses e alemães, do início do século XX, com referência a R. Blanchard, Karl Hassert e Otto Schlüter; a obra de M. Halbwachs, baseada nos estudos de E. Durkheim (Capel, 2002); a abordagem italiana, fundada por Saverio Muratori, nos anos 1950, tendo por princípio ‘a história como processo de recuperação do sentido de continuidade de prática arquitetónica: tipo, tecido, organismo, e história operativa’, desenvolvida na década seguinte por duas tendências: Muratori / Caniggia *versus* Aymonino / Rossi; e o enfoque anglo-saxónico, com três abordagens. Neste caso, a ‘histórico-geográfica’, centrada na figura de M. R. G. Conzen, que estabelece três elementos conceituais básicos: o ‘plano de cidade’, o ‘tecido edificado’ e os ‘usos do solo’; a abordagem ‘normativa’ que concorre da vontade de contribuir, através do planeamento, para estabelecer a ‘boa’ forma urbana e melhorar a qualidade do ambiente urbano (Christopher Alexander, Kevin Lynch, Gordon Cullen e Rob Krier); e a abordagem ‘quantitativa’, desde os anos 1960, com Leslie Martin e Lionel March, uma investigação feita a partir da relação das formas com as estruturas urbanas (Oliveira, 2016). Finalmente, na península ibérica, as origens dos estudos sobre a cidade, baseiam-se na sua evolução morfológica, muito particularmente em Portugal, onde se dá como referência pioneira, ‘A Physionomia de Setúbal’ (1918) de Fernando Garcia.

Hoje, o debate morfológico mais significativo centra-se em temas como o ensino da morfologia urbana, os estudos comparativos e a relação entre teoria morfológica e prática de planeamento (Oliveira, 2016) e são dinamizados pelo *International Seminar on Urban Form* (ISUF) e a sua publicação, *Urban Morphology*, e também pelo promissor *Portuguese-language Network of*

Urban Morphology.

Por fim, e do nosso ponto de vista, o grande desafio instrumental que se coloca aos domínios da morfologia urbana, prende-se incontornavelmente ao valor insubstituível do desenho urbano nas suas diferentes asserções, tanto na compreensão como na idealização / construção das cidades / espaços urbanos. Para tal, evocamos Ernst Haeckel (1834-1919), o ‘inventor’ da ecologia, cultor da união entre a arte e a ciência, e autor da famosa *Generelle morphologie der organismen* (Morfologia geral dos organismos – 1866), discorrendo acerca da evolução da forma e da estrutura dos seres vivos, mais do que querendo a síntese, exemplifica com a busca da fusão entre a arte e a ciência, entre o sentir a natureza com o coração, e o poder de investigar o mundo natural como um zoólogo.

De facto, enquanto desfrutarmos do corpo e da essencialidade dos sentidos, o valor da materialidade do espaço e do ambiente que este gera, persistirá como sendo um fator determinante do nosso bem-estar e da prospeção do devir comum. Dir-se-ia uma condicionante mais do que resiliente face aos deslumbramentos fáusticos da urbanização viral, global, autopropulsionada na

‘ciborganização’ urbana que profeticamente se anuncia. Útil, no mínimo, porque desafiador do vaticinado *deus ex-machina* que ameaça tornar inútil tudo o que restar fora de si.

Referências

- Capel, H. (2002) *La morfología de las ciudades* (Ediciones del Serbal, Barcelona).
- García, F. (1918) *A Physionomia de Setúbal. Estudo de geografia humana* (Liga de Defesa e Propaganda de Setúbal, Setúbal).
- Haeckel, E. (1866) *Generelle morphologie der organismen* (Reimer, Berlim).
- Lamas, J. (1993) *Morfologia urbana e desenho da cidade* (Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa).
- Mumford, L. (1961) *La cité a travers l'histoire* (Paris, Éditions du Seuil).
- Oliveira, J. M. P. (1973). *O espaço urbano do Porto, condições naturais e desenvolvimento* (Coimbra, Instituto de Alta Cultura, CEG).
- Oliveira, V. (2016) *Urban Morphology. An introduction to the study of the physical form of cities* (Springer, Dordrecht).

Uma reflexão sobre a necessidade e o contributo da morfologia urbana

Armando Fernandes, Escola Superior Gallaecia, Largo das Oliveiras, 4920-275 Vila Nova de Cerveira, Portugal. E-mail: armandofernandes@esg.pt

O estudo da forma urbana – a morfologia urbana – é entendida sob uma panóplia de definições, com a utilização de variadas terminologias e com um léxico específico, dando por exemplos a designação de Lamas (1993), ‘...estudará essencialmente os aspetos exteriores do meio urbano e das suas relações recíprocas...’, a de Coelho (2013), ‘...o estudo sistemático da forma da cidade...’, ou de Oliveira *et al.* (2015), ‘...o estudo da forma urbana – bem como dos atores e dos processos responsáveis pela sua transformação...’, referindo-se este último mesmo ao facto de não haver consenso quanto à sua exata definição, o que Costa e Netto (2015) demonstram, em parte, numa busca de conceitos e da sua atuação mais abrangente no que à forma urbana diz respeito.

Um das muitas particularidades da morfologia urbana, e que se confirma consensual,

é a sua interdisciplinaridade, despertando o interesse e a participação de diversas áreas de conhecimento, que dela se servem e para a qual muito contribuem, tirando partido dos ‘métodos’ que se encontram sistematizados num conjunto de abordagens, umas mais antigas e outras bem mais recentes (Oliveira *et al.*, 2015), aproveitando os avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas. Todavia há a destacar o papel pioneiro das escolas tradicionais de morfologia urbana (Costa e Netto, 2015, p.35) de diferentes origens geográficas, na implementação de ‘processos’, afirmados como ‘método’ para a leitura e análise da forma urbana, em muito devido aos contributo e empenho dos seus corregelionários.

A partir das mais variadas leituras, o atender ao pensamento crítico de personalidades contemporâneas da morfologia urbana e reflexões tidas em conta, reconheço certos momentos em

que a necessidade e o contributo desta área de conhecimento assume o seu papel de forma preponderante junto da sociedade.

Num momento histórico (h) – o palimpsesto, como diversos autores o referem, que a partir das várias camadas apostas, devidamente identificadas nos seus mais variados elementos físicos, na relação intrínseca entre eles e a diversas escalas, se permite conhecer os vários estádios históricos, desde a sua criação, ao seu desenvolvimento, passando mesmo pela reinterpretação do tempo presente (Coelho, 2013), alterando-a para um novo e futuro tempo, logo, mais um estádio temporal da forma urbana.

Num momento atual (a) – em que o desenho da cidade, intentado pela prática profissional, seja feito de forma consciente, informada e fundamentada, pelo já largo lastro do conhecimento da morfologia urbana. Para tal contribuem não só a formação específica académica nos mais variados cursos superiores, ao nível dos últimos ciclos de ensino, como especificamente e de forma direta, os vários encontros internacionais e nacionais, ISUF e PNUM respetivamente, onde se congrega uma grande parte do conhecimento sobre a morfologia urbana, e que por vezes, paralelamente, se ensaiam e experimentam as diversas abordagens a partir de formações complementares e optativas.

Num momento futuro (f) – o planeamento da cidade, que deriva diretamente daquilo que à

prática profissional diz respeito, as opções estratégicas a ter em conta para uma atuação direta em temas da morfologia urbana, que deverá e terá de ter o apoio incondicional da academia, a partir dos estudos e investigações morfológicas realizadas no âmbito teórico, contribuindo assim para uma aproximação, mais que desejada, entre estas duas realidades – a prática e a teoria.

Em suma, tendo por analogia os momentos enunciados, entendo a cidade na sua forma: como foi (h); como é (a); e como será (f). E no que ao ‘homem urbano’ se refere: o que fomos (h), o que somos (a), e o que seremos (f), devendo-se em grande parte, a partir da necessidade do conhecimento e consequentes contributos da morfologia urbana.

Referências

- Coelho, C. D. (2013) *Os elementos urbanos* (Argumentum, Lisboa).
- Costa, S. A. P. e Netto, M. M. G. (2015) *Fundamentos da morfologia urbana* (C/Arte, Belo Horizonte).
- Lamas, J. (1993) *Morfologia urbana e desenho da cidade* (Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa).
- Oliveira, V., Mendes, T. e Pinho, P. (2015) *O estudo da forma urbana em Portugal* (U.Porto Edições, Porto).

O *FormaUrbis lab* e a utilidade dos estudos de morfologia urbana

Sérgio Padrão Fernandes, Forma Urbis Lab, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Rua Sá Nogueira, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-063 Lisboa, Portugal. E-mail: serfer@fa.ulisboa.pt

O nascimento do urbanismo enquanto disciplina que aborda a produção do objeto urbano decorre das exigências colocadas à cidade no século XIX, sobretudo da emergência de programar e construir a expansão dos núcleos preexistentes para uma sociedade industrializada e progressivamente mais urbana.

No início do século XX as vanguardas ideológicas apoiadas nas correntes do pensamento progressista repudiam a cidade herdada, o passado, a história, a tradição e vêm no urbanismo, na sua vertente científica, a salvação de todos os problemas, em que o estudo das formas de crescimento urbano é então a oportunidade para criar modelos urbanos ideais,

radicalmente diferentes.

A história da cidade construída e sobretudo a produção urbanística do pós-guerra demonstrou a falência do urbanismo científico e dos modelos que pressupunham a criação de um objeto ideal, às vezes belo e sedutor, mas que não reunia os valores essenciais da cidade.

As visões imaginadas pelas utopias socialistas contrapuseram-se ao desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade sob a pressão desintegradora da industrialização, acentuando as visões diferentes e até mesmo antagónicas sobre o futuro da cidade.

Para aqueles que Françoise Choay alinhou na corrente do pensamento culturalista, não é mais

a situação do indivíduo que estava posta em causa mas a do agrupamento humano da cidade, enquanto organismo urbano. Uma postura ‘contra a cidade’ baseia-se na inevitabilidade da morte da cidade existente, no desaparecimento de uma realidade e do objeto que conhecemos e no surgimento de um novo artefacto para uma nova sociedade. Outra postura é ‘a favor da cidade’, no sentido da continuidade histórica de um objeto herdado, onde se concentram os valores civilizacionais e da vida coletiva, um organismo que se renova e se ajusta às circunstâncias de cada momento, sem deixar de ser o suporte fundamental da vida do Homem em sociedade.

Foi no contexto deste debate que se afirmou uma das posições teóricas mais relevantes e fecundas sobre a cidade e veio a determinar o nascimento da morfologia urbana como uma nova disciplina, cujos fundamentos culturais foram construídos sobre os valores da memória e do contexto, adotando as disciplinas da história e da geografia como suporte basilar para defender a permanência da cidade como objeto eterno.

Esta nova atitude sobre a cidade despontou em meados do século XX, aquando da revisão crítica das pretensões científicas do urbanismo moderno, e teve como objetivo compreender a cidade como obra de arte, como manufacto e como processo de construção no tempo longo. O retorno à cidade histórica e à leitura da forma da cidade construída reclamou a autonomia disciplinar do procedimento análise e a responsabilidade da sua investigação uma competência específica dos arquitetos, dado que a problemática da produção da estrutura física da cidade é em primeiro lugar um problema de composição espacial.

O conceito de morfologia surgiu pioneiramente como um termo genérico que remete para o estudo das formas e da sua origem. Quando no final do século XVIII Johann Wolfgang von Goethe se interessou pelo estudo da mutabilidade das formas vegetais adotou o termo morfologia enquanto ciência de observação da forma, mas o interesse do humanista alemão não se restringia somente à classificação, tendo abordado o estudo da forma no âmbito da botânica a partir das noções de formação, transformação e metamorfose das plantas.

Etimologicamente o termo utilizado por Goethe é construído pela combinação da palavra grega *morphê*, que remete para a noção de forma, e da palavra *logos*, que se reporta ao conceito de estudo, de ciência ou de tratado, permitindo hoje compreender o significado da expressão morfologia urbana como estudo da forma da cidade e dos fenómenos que a determinaram, ou seja, dos processos de produção.

A transposição do estudo da formação dos corpos orgânicos para o estudo das formas urbanas – morfologia urbana – provém de uma

linha de pensamento que adotou a cidade construída como modelo conceptual para a sua própria criação e renovação. A cidade herdada tornou-se assim o objeto de estudo e a morfologia urbana o método para descodificar os mistérios que envolvem o processo de produção de uma entidade física complexa e extraordinária, tão fascinante nos ambientes que cria como, às vezes, aparentemente inexplicável na expressão física que materializa.

O fundamento dos procedimentos de leitura, tal como o próprio conceito de morfologia urbana, foi estabilizado em meados do século XX, em diferentes contextos culturais e até disciplinares. No sul da Europa a morfologia urbana adquiriu, no âmbito do urbanismo, o estatuto de nova disciplina. Esta conheceu uma ampla difusão através dos arquitetos formados na linha ideológica de Saverio Muratori que a partir do contexto italiano influenciaram profundamente as diversas abordagens ao estudo da forma urbana, mas também a postura sobre a conceção do seu processo de produção, formulada a partir da ideia de projeto urbano e da noção de cidade como organismo compacto (Muratori, 1959).

Quando há pouco mais de dez anos se constituiu na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa um laboratório de investigação em morfologia urbana com o desígnio original e ambicioso de empreender o inquérito à forma da cidade construída em Portugal tomou-se como referência a *Encyclopédie de l’Urbanisme* dirigida por Robert Auzelle e Ivan Jankovic que, no seu prefácio, se assume como um ‘instrumento insubstituível de trabalho e cultura’.

O *FormaUrbis Lab* é coordenado por Dias Coelho, catedrático de urbanismo de Lisboa, tendo-se constituído a partir de uma equipa pluridisciplinar de docentes / investigadores, doutorandos e bolseiros de investigação com interesses comuns e perspetivas complementares sobre o estudo da forma urbana que tem vindo a ser publicada através da coleção ‘Cadernos de morfologia urbana’ (Coelho, 2013, 2014).

Este grupo de trabalho integrou trabalhos anteriores que os membros fundadores haviam realizado como ‘A praça em Portugal. Inventário morfológico’ e tem neste momento o objetivo de construir o Atlas Morfológico da Cidade em Portugal, tarefa que se encontra em desenvolvimento e que trata 100 cidades sob o ponto de vista da sua forma global e da forma dos elementos que a compõem (Coelho e Lamas, 2007).

O objetivo da investigação empreendida pelo *FormaUrbis lab* é construir uma base de dados operativa baseada na utilização do desenho como o principal instrumento de estudo da forma da cidade. O desenho que se assume como parte

integrante do 'próprio discurso' nos pioneiros tratados de urbanismo, de Sitte ou Unwin, e que permite aceder ao nível de conhecimento que a cidade construída encerra enquanto repositório e arquivo essencial de informação sobre si própria, tal como revelam os trabalhos mais recentes de Komossa ou Busquets (Komossa, 2010; Sitte, 2001 [1889]). E que é também a principal forma de expressão nas leituras da cidade empreendidas pelos arquitetos franceses, desde Auzelle, Panerai, Manguin, ou nos trabalhos desenvolvidos por Krier, em Viena, Gandelsonas, nos Estados Unidos, ou por Solà-Morales, em Barcelona, e pela maioria dos arquitetos de uma geração que influenciaram (Gandelsonas, 1999; Krier, 1981 [1979]; Panerai *et al.*, 1999; Solà-Morales, 1993).

Assumindo que a utilidade do procedimento de investigação provém da relação implícita entre a leitura analítica e o exercício de composição em projeto, o atlas morfológico da cidade portuguesa assume-se como um instrumento para a prática do urbanismo, assim como para o ensino desta disciplina na medida em que trata, de forma metódica e comparável, os tecidos urbanos selecionados e cuja operacionalidade assenta na capacidade de constituírem referência para o desenvolvimento de criações urbanas contemporâneas, pressupondo que a cidade herdada, aquela que faz parte do nosso quotidiano poderá constituir uma referência inspiradora para

novas conceções espaciais.

Referências

- Coelho, C. D. (ed.) (2013) *Os Elementos Urbanos. Cadernos de Morfologia Urbana* (Argumentum, Lisboa).
- Coelho, C. D. (ed.) (2014) *O tempo e a forma. Cadernos de Morfologia Urbana* (Argumentum, Lisboa).
- Coelho, C. D. e Lamas, J. (eds.) (2007) *A praça em Portugal - Continente, inventário de espaço público* (FAUTL / DGOTDU, Lisboa).
- Gandelsonas, M. (1999) *X-Urbanism: Architecture and the city* (Princeton Architectural Press, Nova Iorque).
- Komossa, S. (2010) *The Dutch urban block and the public realm* (Vantilt, Roterdão).
- Krier, R. (1981 [1979]) *El espacio urbano* (Gustavo Gili, Barcelona).
- Muratori, S. (1959) 'Studi per una operante storia urbana di Venezia', *Palladio* 3-4.
- Panerai, P., Depaule, J. C. e Demorgon, M. (1999) *Analyse Urbaine* (Éditions Parenthèses, Marselha).
- Sitte, C. (2001 [1889]) *Der städtebau nach seinen künstlerischen grundsätzen* (Birkhäuser, Basileia).
- Solà-Morales, M. (1993) *Les formes de creixement urbà* (UPC, Barcelona).

Morfologia urbana pela estética, justiça social e sustentabilidade

Eneida M. S. Mendonça, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Av. Fernando Ferrari, 514, Vitória, 29075-910 Espírito Santo, Brasil. E-mail: eneidamendonca@gmail.com

Considerando os mais de 6 000 anos de sua permanência (Benevolo, 1983 [1982]), a cidade vem se configurando no ambiente ideal para a vida humana, a despeito de descompassos diversos. Estes remetem basicamente, desde sua origem a conflitos entre grupos sociais distintos, envolvendo situações de dominância *versus* submissão (Ferrari, 1982), mantidos de muitas formas ao longo do tempo, resultando na atualidade, em desigualdades, que em algumas sociedades assumem caráter inacreditavelmente extremo. Outro descompasso verificado diz respeito às relações incongruentes estabelecidas com a natureza, cujo intuito inicial de adequar o ambiente ao conforto necessário à vida,

gradativa e inadvertidamente, vem revertendo-se em impropriedades a esta própria vida, tornando estranhos, o ser humano e a natureza (Kujawski, 1982). Além do viés social e do ambiental comentados, há ainda o descompasso quanto aos valores estéticos da cidade. Mesmo assumindo este, como um aspeto bastante subjetivo, trata-se de fator inerente à história da cidade, que vem sendo negligenciado (Porteous, 1996), seja em função de dificuldades técnicas e materiais na manutenção ou no planeamento das estruturas urbanas, seja em função da prevalência da extração de lucros financeiros específicos sobre interesses mais amplos e coletivos. Deste modo, questões sociais, ambientais e estéticas, com

variações e intensidades, no tempo e no espaço, são desafios à gestão das cidades.

Esses e outros desafios vêm sendo enfrentados técnica, conceitual e empiricamente, por estudiosos de ciências como engenharia, arquitetura e urbanismo, geografia, história, sociologia, antropologia, economia, psicologia e filosofia, que se desdobram em especialidades, esmiuçando e desvendando o amplo e complexo universo da problemática urbana. Neste contexto, a morfologia urbana, abarcando reconhecidamente o campo da arquitetura e urbanismo, da geografia e da história, porém, de algum modo, envolvendo também os demais campos acima citados, vem ao longo das últimas décadas apresentando destaque, ampliando sua abrangência conceitual e com isso também, o seu alcance aplicativo, de modo a fornecer subsídios, os mais diversos, aos desafios social, ambiental e estético de nossas cidades. Del Rio (1990) já apontava diversas possibilidades de aplicação da morfologia urbana no conhecimento e no planejamento / projeto urbanos. Costa e Netto (2015), em trabalho recente, reúnem os ensinamentos das principais escolas de morfologia urbana, analisam, debatem e demonstram a aplicação destes sobre determinado território.

Nota-se então, que estudos da forma urbana envolvendo de modo sistemático, a transformação, ao longo do tempo, da estrutura de parcelamento, uso e ocupação do solo, das centralidades e do sistema de espaços livres, entre outros aspectos, podem contribuir tanto de modo específico como de modo articulado, para o planejamento sócio-urbano-ambiental em seus diversos alcances.

Uma destas contribuições diz respeito à possibilidade de identificação dos sentidos de expansão urbana já vivenciados e de discernimento quanto aos que se apresentam como tendência. Isso permite avaliação sobre a articulação urbana, suburbana e regional desejada para o futuro e sobre os esforços administrativos necessários tanto para neutralizar e corrigir determinada lógica de expansão indesejada, como para estimulá-la e acelerá-la caso se mostre favorável. Assim, podem ser realizadas ponderações sobre o custo dos serviços públicos relacionados aos vetores de expansão, evitando-se, espraiamento urbano desnecessário. Esse estudo, associado à evolução histórica, identificação atual e potencialidades futuras quanto à localização das centralidades urbanas, permite abordagem propositiva em escala urbana, metropolitana e regional, de modo a delinear-se arranjo funcional adequado do ponto de vista social, para localização das atividades institucionais, de comércio e serviço, reduzindo-

se distâncias entre a população e os serviços cotidianos. Deste modo é possível combinar as possibilidades de prestação de serviços públicos em infraestrutura urbana e atendimento básico aos habitantes quanto às necessidades imediatas, dinamizando-se também, a economia.

Outra contribuição aplicativa da morfologia urbana encontra-se na oportunidade de análise da interação público-privado, considerando-se as relações entre espaço livre e edificação, estudo que se potencializa se realizado também, de um ponto de vista da evolução histórica, envolvendo tanto aspectos quantitativos como qualitativos. Atenção quanto às características físicas destes espaços e elementos, bem como quanto aos usos e apropriações permite a construção de reflexão crítica sobre a articulação público-privado como algo inerente ao modo de vida urbano e, auxilia a decisão de planejamento e gestão sobre o que deve ser mantido, recuperado e criado e em que escalas de abrangência e localizações. Esse estudo ampliaria sua abordagem, se realizado de modo combinado ao de tipologias arquitetônicas. Este por sua vez, apresenta outras potencialidades. A análise das tipologias arquitetônicas, com seus elementos intrínsecos à técnica e ao conforto e respectivas relações com os usos sociais e econômicos propostos e apropriados, pode auxiliar também, na definição de formas construtivas cada vez mais sustentáveis ambientalmente, engendrando relações cada vez mais compatíveis entre as pessoas e o meio onde vivem.

Todas estas possibilidades devem ainda se associar à compreensão dos valores, simbologias e significados da forma urbana no tempo e no espaço, permitindo que o planejamento possa também, favorecer a dimensão estética e psicossocial (Tuan, 1980). Isso indica que além de conhecimento histórico e técnico especializado é fundamental travar uma aproximação física interativa com o lugar e suas pessoas.

A reflexão aqui apresentada não ignora o forte papel do capital imobiliário e financeiro como indutor dos processos de planejamento e organização do território em todo o mundo (Rolnik, 2015), o que pode tornar em vão estudos técnicos e desejos sociais. Ao contrário, o que se buscou aqui, foi um exercício, que se pode dizer, didático, porém, como tal, visa suscitar amplificação. Trata-se de reconhecer na morfologia urbana, amplitude a ser explorada, em conteúdo e em escala, para a formulação de planejamento / projeto sócio-urbano-ambiental, que permita alcançar justiça social, sustentabilidade e valorização estética relacionada ao referencial simbólico da população do lugar, reduzindo-se descompassos, que acompanham e atormentam a história da cidade.

Referências

- Benevolo, L. (1983 [1982]) *História da cidade* (Perspectiva, São Paulo).
- Costa, S. A. P. e Netto, M. M. G. (2015) *Fundamentos de morfologia urbana* (C/Arte, Belo Horizonte).
- Del Rio, V. (1990) *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento* (Pini, São Paulo).
- Ferrari, C. (1982) *Curso de planejamento municipal integrado* (Pioneira, São Paulo).
- Kujawski, G. (1982) *Ortega y Garzet: a aventura da razão* (Moderna, São Paulo).
- Porteous, J. D. (1996) *Environmental aesthetics. Ideas, politics and planning* (Routledge, Londres).
- Rolnik, R. (2015) *A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças* (Boitempo, São Paulo).
- Tuan, Y. (1980) *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* (Difel, São Paulo).

Como compreender as cidades?

Maria M. Gimmler Netto e Staël A. Pereira Costa, Laboratório da Paisagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Rua Paraíba 697, Bairro dos Funcionários, 30130140 Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: manoelagnetto@gmail.com, staelalvarenga@gmail.com

Talvez essa seja a pergunta intrigante que se deseja compreender quando se investiga a forma urbana. E supõe-se que a grande contribuição oferecida pela morfologia urbana é a possibilidade de leitura das paisagens urbanas, cujos métodos permitem reconstituir o processo formativo e transformativo das cidades. Então, os estudos morfológicos se referem à forma física tridimensional, variável em função do tempo. Nesse sentido, a expressão morfologia urbana possui um significado espaço-temporal intrínseco, pois permite a compreensão da formação e da estrutura urbana atual da cidade.

Necessário evidenciar, em relação ao tempo, que os estudos morfológicos não se referem apenas ao passado, pelo contrário, eles apontam para o futuro, ao indicar soluções compatíveis para o desenvolvimento sustentável das cidades. Pois, é a partir de análises das transformações que se pode compreender as tendências futuras e ajustar os rumos da gestão das paisagens urbanas. Portanto, a análise e organização temporais são fundamentais para a compreensão das cidades, que estão materializadas na forma urbana de cada período. Assim, cada período de tempo representa uma camada, construída formalmente no ambiente, indicando valores específicos associados a determinado momento da história da cidade.

Em relação à forma urbana resultante é necessário aceitar que esta é o reflexo físico de camadas sobrepostas. E que todas são fruto de ações humanas, orientadas por aspectos sociais, políticos, económicos e culturais. A cidade é, portanto, uma construção social que reflete a cultura de seus habitantes, materializada na forma

urbana.

No processo de sobreposição das camadas, são observados os fenômenos de adição, adaptação, substituição e preservação das formas. As adições representam novas formas introduzidas na paisagem urbana. As adaptações são as mais comuns e resultam de reformas das estruturas existentes para o ajuste às novas necessidades funcionais da sociedade. As substituições, muito frequentes, referem-se à destruição de uma forma antiga para dar lugar a uma nova forma urbana. E a preservação, menos comum na contemporaneidade, garante a manutenção das formas antigas, reconhecendo e valorizando o aspeto cultural das paisagens urbanas (Conzen, 2004).

Nesse sentido, tanto a teoria de evolução urbana desenvolvida por Conzen, quanto o processo tipológico, criado por Muratori e Caniggia, apresentam em síntese as análises das dimensões espaciais e temporais investigadas simultaneamente. As figuras 1 e 2 ilustram como exemplo de abordagens espaço-temporais, o mapa de figura-fundo que apresenta a evolução urbana do sistema viário e o processo tipológico que sequencialmente apresenta as transformações nos edifícios, ambos reconhecidos na paisagem cultural de Ouro Preto. Esses estudos referem-se respetivamente às escolas inglesa e italiana de morfologia urbana (Conzen, 2004; Caniggia e Maffei, 2001; Costa e Netto, 2015).

Contribuição dos estudos clássicos da morfologia urbana

As escolas de morfologia urbana inglesa e italiana

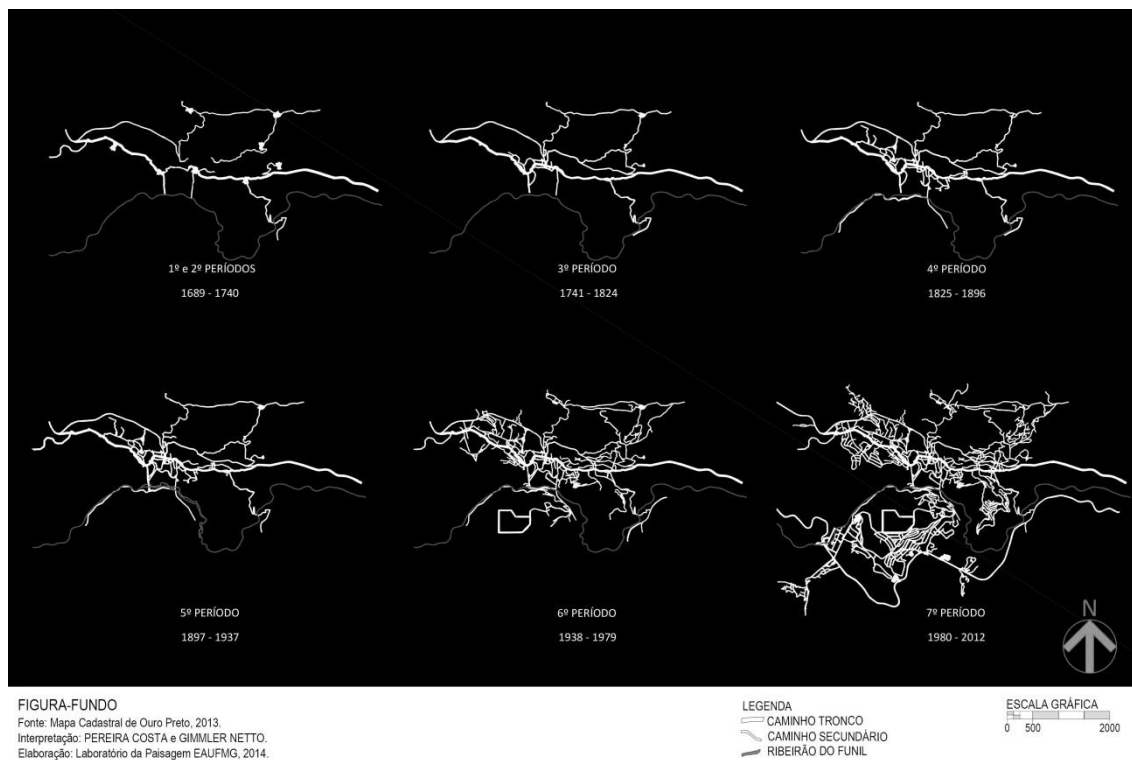


Figura 1. O processo de evolução urbana de Ouro Preto (fonte: Costa e Netto, 2015).



Figura 2. O processo tipológico de Ouro Preto (fonte: Costa e Netto, 2015).

foram fundadas pelo geógrafo Conzen e pelo arquiteto Muratori, respectivamente, a partir dos anos de 1960. O livro 'Fundamentos de morfologia urbana', publicado em 2015 no Brasil, se propõe a apresentar as escolas tradicionais de morfologia urbana e introduzir suas bases conceituais, com aplicação prática na cidade de Ouro Preto. Os diferenciais da obra consistem na maneira didática da aplicação das técnicas e na inauguração em língua portuguesa de referência bibliográfica sobre o assunto (Costa e Netto, 2015).

Pesquisas realizadas com foco nas interações entre os conceitos e aplicações das escolas

tradicionais de morfologia urbana, inglesa e italiana, permitem observar que a metodologia desenvolvida por cada escola divergia e convergia paradoxalmente. Divergia, pois a escola inglesa iniciava os estudos pela escala ampliada da cidade e sucessivamente reduzia a escala para observar os tecidos urbanos e os lotes, enquanto que a escola italiana propunha o processo inverso, iniciando pela edificação, ampliava-se a escala aos tecidos e por fim ao território. A convergência explica-se por compreender que ambas as escolas reconheciam que a variação das escalas de observação dos elementos formais e o conhecimento dos processos culturais ao longo do

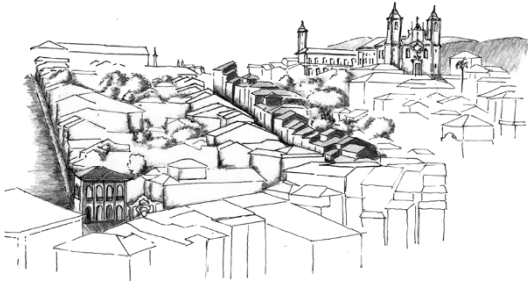


Figura 3. Diferentes escalas de abordagem da morfologia urbana (fonte: Costa e Netto, 2015)

tempo eram fundamentais para a compreensão das cidades e das formas urbanas tradicionais (Costa e Netto, 2015).

Abordagens contemporâneas da morfologia urbana

O conhecimento sobre as formas urbanas tradicionais pode ser a base para o desenvolvimento de pesquisas sobre as formas contemporâneas, caracterizadas pela complexidade e indefinição de limites. Segundo Morin (1999), a pesquisa que seja capaz de compreender a complexidade, determinada pelas relações estabelecidas entre o todo e as partes, estará contribuindo para o avanço do conhecimento em um contexto global. Esse, no início do século XXI, é transnacional, multidimensional, transversal, interdisciplinar e planetário. O autor explica que o planeta Terra também é mais que seu contexto, é reflexo da ordem e desordem de suas partes (Morin, 1999; Netto, 2016).

Então, os estudos da forma urbana, com suas escalas de abordagem, representam estudos de inter-relação entre o todo e as partes. Assim edifícios, tecidos urbanos, plano urbano e

território, ilustrados na Figura 3, são organizações abstratas para a compreensão das inter-relações espaciais e temporais de fenômenos urbanos e sociais. Bem como, possibilitam que novas escalas de abordagem possam ser integradas às investigações morfológicas.

No entanto, é perceptível a todos, que no processo de urbanização associado à transformação da paisagem, observa-se o ambiente sendo construído e degradado. Então, torna-se imprescindível avaliar os impactos ambientais relacionados à forma urbana. Pois, somente as formas adaptadas ao suporte ambiental poderão se manter no espaço-tempo.

Conclui-se que os estudos morfológicos aliados à abordagem ambiental apresentam um caminho para se compreender as cidades em sua complexidade na contemporaneidade. E assim, espera-se contribuir para a disseminação dos conteúdos referentes à forma urbana e para as infinitas possibilidades de pesquisa oferecidas pela aplicação do método que permite a integração a outras abordagens.

Referências

- Caniggia, G. e Maffei G. L. (2001) *Interpreting basic building: architectural composition and buiding typology* (Alinea, Florença).
- Conzen, M. P. (ed.) (2004) *Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998* (Peter Lang, Oxford).
- Costa, S. A. P. e Netto, M. M. G. (2015) *Fundamentos de morfologia urbana* (C/Arte, Belo Horizonte).
- Morin, E. (1999) *Seven complex lessons in education for the future* (UNESCO, Paris).
- Netto, M. M. G. (2016) *Paisagem Metropolitana: as formas dispersas no espaço urbano de Belo Horizonte*. Projeto de Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Morfologia urbana: para entender as transformações urbanas

Karin S. Meneguetti, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Avenida Colombo 5790, 87090-200 Maringá PR, Brasil. E-mail: karinschwabe@gmail.com

A morfologia urbana estuda o meio físico da forma urbana, os processos e as pessoas que o formataram. Diretamente ligada ao planejamento das cidades, interage com uma ampla gama de disciplinas (Rego e Meneguetti, 2011). No campo

do desenho urbano, a morfologia urbana é um método de análise para se detetar princípios, regras e tipos inerentes ao desenho da cidade, e subsidiar futuras intervenções urbanas (Del Rio, 2000). Na geografia, a morfologia é utilizada para

compreender características físicas e espaciais de toda a estrutura urbana (Jones e Larkham, 1991). Na história da cidade, serve ao exame do processo de conformação urbana, identificando e analisando seus componentes edificados, os processos e os atores envolvidos neles, desde a sua gênese até as transformações mais recentes (Rego e Meneguetti, 2011).

Em comum, os pesquisadores da morfologia urbana têm o foco de suas investigações no produto físico, resultado dos processos sociais, econômicos e políticos. Como expresso por Moudon (1997), estudam a manifestação de ideias e intenções na medida em que elas tomam forma no chão e moldam as cidades. A análise morfológica deve, portanto, examinar os componentes elementares da forma urbana. Edificações, jardins, ruas, parques e monumentos estão entre os elementos da análise morfológica (Moudon, 1997). O modo como cada um destes elementos urbanos se cristalizou e conforma o tecido da cidade é efetivamente o objeto da morfologia urbana (Rego e Meneguetti, 2011).

Do ponto de vista epistemológico, os estudos da morfologia urbana podem ser distinguidos entre cognitivos e normativos, conforme o propósito primário destas abordagens (Gauthier e Gilliland, 2006). Os estudos que almejam produzir explicações, ou estruturas explanatórias, para a forma urbana são cognitivos; aqueles estudos que buscam determinar ou prescrever o modo como a cidade deveria ser planejada ou construída no futuro são normativos. Gauthier e Gilliland justificam a adoção desses termos da seguinte forma: 'Usamos a expressão cognitivo para refletir a natureza heurística de um empreendimento intelectual preocupado com a produção de conhecimento, ou pelo desenvolvimento de meios teóricos, métodos e técnicas destinadas a produzir tal conhecimento. Da mesma forma, o termo normativo denota precisamente um exercício intelectual que visa articular uma visão de como o futuro deve ser, ou de expor uma doutrina ou conjuntos específicos de normas e prescrições que serviriam a esta visão' (Gauthier e Gilliland, 2006, p. 42).

A diferenciação entre estudos normativos e cognitivos é crucial para expor a natureza multifacetada da agenda intelectual da morfologia urbana. Isto se dá basicamente porque o campo da morfologia urbana se encontra na confluência de diversas disciplinas acadêmicas, como arquitetura, planejamento urbano, geografia e história. Cada uma destas disciplinas é influenciada pelo seu conjunto conceitual, tradições, programas, aparatos analíticos, problemas e objetivos de pesquisa.

As escolas inglesa e italiana são baseadas em grande parte nos mesmos valores, apesar de seus dispositivos interpretativos diferenciarem-se na

busca por objetivos disciplinares diferentes. Em ambas as escolas, os períodos históricos são analisados através da definição de componentes morfológicos e relações mútuas, de acordo com uma perspectiva estruturalista. A leitura da forma urbana vai além desta perspectiva, no entanto, pois leva em conta o complexo de interações que resulta na sua transformação, de um estado original a um posterior, fundamentalmente imprevisível, adicionando, portanto, um componente dinâmico, uma perspectiva temporal (Marzot, 2005).

Na escola italiana, Caniggia introduziu o conceito de 'processo tipológico' para descrever a transformação morfológica de tipos edilícios em relação aos processos de preenchimento ou esvaziamento do lote original. O tipo se adapta ao longo do tempo, tornando-se um 'traço vivo' das transformações sistemáticas feitas pela evolução da sociedade. Já Conzen estabeleceu o conceito de *burgage cycle* para entender as dinâmicas de preenchimento e esvaziamento do lote original a fim de adaptá-lo aos usos emergentes (Marzot, 2005). Segundo Kropf, 'o trabalho de Conzen e de Caniggia é baseado na relação entre as coisas, ao invés de objetos reais' (Kropf, 2004, p. 27).

'Assim pode-se compreender a dicotomia estabelecida pelas escolas inglesa e italiana de morfologia urbana. A escola inglesa, estabelecida por pesquisadores trabalhando na esteira dos estudos do geógrafo M. R. G. Conzen adota uma abordagem explanatória, cognitiva. A escola italiana, inspirada pelas ideias do arquiteto Saverio Muratori e, mais tarde, estimulada pelo trabalho de Gianfranco Caniggia, parece estar estimulada pelas possibilidades de desenho urbano, daí a abordagem de cunho mais normativo, prescritivo, que, a partir do entendimento de tipologias urbanas, insinua articular uma visão do futuro' (Rego e Meneguetti, 2011).

A aplicação da teoria da morfologia urbana revela ainda potencialidades importantes para o levantamento e diagnóstico das formas urbanas essenciais para o equilíbrio ambiental da cidade. Segundo Costa e Netto (2015, p. 34), 'a pesquisa morfológica pode desvendar e representar as complexidades do mundo contemporâneo', para uso nos mais diversos fins e contextos. No campo da pesquisa, se mostra como um espaço de convergência entre pesquisadores de diversas áreas que se utilizam de suas metodologias e conceituação para homogeneizar o debate entre objetos e interesses paralelos.

Referências

- Costa, S. A. P. e Netto, M. M. G. (2015) *Fundamentos de morfologia urbana* (C/Arte,

- Belo Horizonte).
- Del Rio, V. (2000) *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento* (PINI, São Paulo).
- Gauthier, P. e Gilliland, J. (2006) 'Mapping urban morphology: a classification scheme for interpreting contributions to the study of urban form', *Urban Morphology* 10, 41-50.
- Jones, A. N. e Larkham, P. J. (1991) *Glossary of Urban Form* (<http://www.urbanform.org/glossary/online.html>) consultado em 10 de Dezembro de 2008.
- Kropf, K. (2004) 'M. R. G. Conzen, Gianfranco Caniggia, Oscar Wilde and Aesop: or, why urban morphology may be right but not popular', *Urban Morphology* 8, 26-8.
- Marzot, N. (2005) 'Typological analysis and hermeneutics in the Conzenian and Caniggian schools: overlaps and differences', *Urban Morphology* 9, 48-50.
- Moudon, A. V. (1997) 'Urban morphology as an emerging interdisciplinary field', *Urban Morphology* 1, 3-10.
- Rego R. L. e Meneguetti, K. S. (2011) 'Sobre morfologia urbana', *Acta Scientiarum* 33, 123-7.

Para que serve a morfologia urbana?

Jonathas M. P. Silva, PUC-Campinas – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Rodovia Dom Pedro I, Km 136, Parque das Universidades, 13086-900 Campinas, SP, Brasil. E-mail: jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

Esse texto é fruto de uma reflexão estimulada pelo questionamento: para que serve a morfologia urbana? Seu desenvolvimento segue o grande desafio de responder a questão travestida de simplicidade, mas que na verdade guarda, entre suas possíveis respostas, o coletivo de pensadores que auxiliaram na construção do conhecimento referente à morfologia urbana.

Procura-se não cair no ciclo vicioso onde os fundantes da matéria são citados por ordem cronológica de contribuição, destacando seus diversos estudos emblemáticos que motivaram o aprofundamento do saber referente à matéria. A pergunta não se refere a como foi construído o conhecimento que temos hoje a respeito da morfologia urbana, mas sim ao significado desse conhecimento para a vida prática ou para a construção das ideias.

Decide-se então tomar o rumo da prática e o empréstimo de saberes outros, que não necessariamente se debruçaram sobre a morfologia urbana.

Algumas experiências profissionais (Silva e Manetti, 2012; Silva *et al.* 2013) e acadêmicas (Macedo, 1997; Magalhães, 2016; Silva, 2013) documentam a contribuição da morfologia urbana para levantamentos, diagnósticos e proposições de transformações urbanas. Entretanto a pergunta ínsita em buscar a resposta nas causas primeiras, isto é, nas razões mais fundamentais que justificam os estudos e usos dos saberes referentes a morfologia urbana.

Partimos então a analisar a obra de Henri Lefebvre, sociólogo francês, que trata da

construção do conhecimento potencializado pelas operações de análise e síntese de forma dialética. Lefebvre nunca se aventurou pelos estudos da morfologia urbana. Entretanto com seu livro 'O direito a cidade' de 1969, e 'A revolução urbana', em 1970, o autor analisa as relações de forças exercidas entre grupos sociais, destacando em seus estudos, a necessidade, de determinados grupos em dar forma à cidade para atender seus interesses (Lefebvre, 1969, 1999 [1970]).

Estes estudos sociológicos permitem afirmar que a forma urbana não está descontextualizada das contradições sociais que a produzem. Portanto, adota-se a morfologia como estudo das formas e dos fenômenos que lhes deram origem como muito bem colocado por Lamas (1993). No caso brasileiro tal interesse nos é lembrado por Costa (2007), quando afirma que os primeiros estudos sobre o tema estão relacionados aos aspectos econômicos, sociais e políticos das formas urbanas brasileiras, empreendidos por historiadores, como Sérgio Buarque de Holanda, e sociólogos, como Gilberto Freire na 1ª metade do século XX.

Podemos concluir que o interesse pelo estudo da forma urbana nasce despedido de qualquer máscara disciplinar. Pode-se afirmar que interessa-nos entender a forma, para assim, conhecer a sociedade e seus grupos sociais compostos por individualidades.

Entretanto, nos distintos campos disciplinares a morfologia urbana toma diferentes matizes. Assim como, conforme a estrutura educacional de cada país, os campos disciplinares são moldados

de diferentes maneiras. No campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo no Brasil, que é fruto de uma única graduação, o estudo da forma urbana busca estabelecer as relações entre as demandas sociais (por moradia, transporte, saúde, ensino, alimentação, lazer, etc) e a paisagem, isto é, as ações que resultam das disputas sociais e que conformam os espaços rurais, urbanos, sejam estes livres de edificação ou edificados.

Os contextos socioeconômicos, as formas de apropriações dos espaços públicos e as ações públicas dialogam entre si imprimindo sobre o território (o espaço onde grupos sociais, com diferentes interesses, se relacionam) marcas que atestam a grande transformação que ocorreu e ocorrerá na paisagem urbana.

Cabe, entretanto a questão: como podemos analisar uma paisagem em constante transformação? Como nos coloca Thomas Hobbes, tal como um relógio ou outro mecanismo algo complexo é impossível saber com exatidão qual é a função de cada uma das peças e pequenas engrenagens, salvo demonstrando o todo e estudando, um por um, a matéria, a forma e o movimento dos elementos (Santos, 1996).

Segundo Karel Kosik, a decomposição do todo é o traço mais característico do conhecimento. Com o intuito de entender o suporte físico de um determinado recorte territorial analisam-se as paisagens percebidas na esperança de revelar o acúmulo de ações (passado), as formas de apropriações existentes (presente) assim como a paisagem prevista ou parcialmente planejada (futuro) (Kosik, 2011).

É preciso perceber o todo, entretanto este todo se encontra em constante deslocamento. Não há para Sartre a totalidade estática, mas apenas totalidades em movimento.

A totalidade se apresenta constituída por partes onde cada coisa (concreta, material, dotada de forma) nada mais é do que parte do todo, entretanto, a apreensão das partes, que constituem a totalidade, não bastam para compreender o todo (Santos, 1996). Isto ocorre, por exemplo, quando as dinâmicas socioespaciais mudam alterando a quantidade e qualidade do conjunto das funções que resultam em uma nova totalidade. Portanto a totalidade está sempre se deslocando. A este movimento constante Spinoza (2009) entende como um processo denominado de totalização.

Perceber a transformação da paisagem é lidar com o processo de totalização, tomando a paisagem como processo e produto (morfo) fruto da relação dialética com as ações sociais, que concretizam-se em manifestações físico-espaciais, culturais, históricas e econômicas, necessariamente impregnadas na forma urbana.

Portanto como nos lembra Milton Santos o espaço não é apenas receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. A ação

objetiva estabelecer sobre o território um objeto que gera novas conexões transformadoras de suas relações de força, portanto, as ações de planejamento estão condicionadas por este território, sem que isto seja fator determinístico, uma vez que estas mesmas ações irão simultaneamente molda-lo para atender suas intenções. Entretanto, cabe destacar que: 'Não se pode considerar uma dialética que hierarquize estrutura (essência, totalidade nua), processo, função e forma segundo um movimento linear, ou de uma maneira unívoca, pois, de um lado, a estrutura necessita a forma para tornar-se existência e, de outro lado, forma-conteúdo tem um papel ativo no movimento do todo social (Santos, 1996, p. 101).

Qualquer objeto novo inserido em um território altera a forma urbana e, simultaneamente, estabelecem novas contradições. Seja um novo padrão de edificação, gerado por novas técnicas ou formas de produção, quanto a um novo padrão de parcelamento do solo, oriundo de uma nova necessidade de negócio ou de demanda social. Toda ação 'desloca' a relação de poder entre grupos sociais. (Hall, 2006). Todo deslocamento resultam em uma transformação, isto é, uma alteração da forma.

Este 'novo objeto' irá dialogar no presente com o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem. Isto é, a ação detona um processo de supressão, acumulação, superposição que será percebido pelos estudos morfológicos. São as 'rugosidades', termo cunhado por Milton Santos para explicitar os aspetos perceptíveis (forma) fruto da relação entre o espaço e o tempo (Santos, 1996).

As relações provocadas por uma determinada ação de planejamento irão estabelecer novas relações de poder entre os agentes, mesmo que estes não venham a sofrer diretamente as pressões geradas pela ação realizada. Como colocado por Whitehead (1929) os objetos somente estão no espaço e no tempo por causa de suas relações com os eventos. Qualquer objeto de intervenção urbana estabelece no espaço e no tempo relações com eventos novos e existentes. Os estudos morfológicos nos permitem conhecer melhor as relações entre os eventos: 'O reconhecimento é refletido no intelecto como comparação. Os objetos reconhecidos de um evento são comparados com os objetos reconhecidos de outro evento. A comparação pode ser entre dois eventos no presente, ou pode ser entre dois eventos dos quais um é posicionado pela consciência da memória e outro pela percepção imediata dos sentidos. Mas não são os eventos que são comparados. Porque cada evento é essencialmente único e incomparável. O que são comparados são os objetos e as relações de objetos situados em

eventos. O evento considerado como uma relação entre objetos perdeu a sua passagem e neste aspeto é em si mesmo um objeto. Este objeto não é o evento, mas apenas uma abstração intelectual. O mesmo objeto pode ser situado em muitos eventos e, neste sentido, até o evento como um todo, visto como um objeto, pode voltar a ocorrer, embora não o próprio evento com a sua passagem e com as suas relações com outros eventos' (Whitehead, 1929, p. 54).

É preciso, portanto conhecer o objeto a ser estudado por meio da leitura de suas 'rugosidades', tendo a consciência do constante processo de 'totalização' e dos nossos limites de percepção da 'totalidade' mutante.

Uma análise morfológica se mostra insuficiente para chegarmos a identificar as relações de forças existentes. Por 'onde' ocorrerá a intervenção ou ação de planejamento? 'Quem' será impactado por elas? 'Como' se interfere no território? Quais 'conexões' de facto serão estabelecidas? Entretanto o estudo da forma possibilita ler concretamente os movimentos de transformação da cidade.

Finalmente, respondendo à pergunta em uma única frase: a morfologia urbana nos serve para analisar o legado da ação humana sobre o território e desta maneira potencializa refletir sobre como provocar deslocamentos convenientes a um querer socialmente construído.

Referências

- Costa, S. A. P. (2007) 'O estudo da forma urbana no Brasil' (<http://vitruvius.es/revistas/read/arquitextos/08.087/220>) consultado em 10 de Janeiro de 2013.
- Hall, S. (2006) *A identidade cultural na pós-modernidade* (DP&A, Rio de Janeiro).
- Kosik, K. (2011) *Dialética do concreto* (Paz e Terra, Rio de Janeiro).
- Lamas, J. M. R. G. (1993) *Morfologia urbana e desenho da cidade* (Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa).
- Lefebvre, H. (1969) *O direito à cidade* (Ed. Documentos, São Paulo).
- Lefebvre, H. (1999 [1970]) *A revolução urbana* (UFMG, Belo Horizonte).
- Macedo, S. S. (ed.) (1997) 'Litoral urbanização: ambientes e seus ecossistemas frágeis', *Paisagem e Ambiente* 12.
- Magalhães, N. C. T. (2016) 'Unidades morfo-territoriais: estratégias de entendimento dos processos de produção da forma urbana', Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.
- Santos, M. (1996) 'A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção' (Editora Hucitec, São Paulo).
- Silva, J. M. P. (2013) 'As unidades de paisagem como método de análise da forma urbana: reflexões sobre sua incorporação pelo campo disciplinar da arquitetura e urbanismo', *Cadernos do PROARQ* 20, 71-93.
- Silva, J. M. P. e Manetti, C. (2012) 'Memória, mobilidade e complexidade: consideração pela história local', *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* 16, 61-77.
- Silva, J. M. P., Manetti, C. e Tângari, V. R. (2013) 'Compartilhamentos e unidades de paisagem: método de leitura da paisagem aplicado à linha férrea', *Paisagem e Ambiente* 31, 61-80.
- Spinoza, B. (2009) *Short treatise on God, man and human welfare* (A. & C. Black, Londres).
- Whitehead, A. N. (1929) *The aims of education and other essays* (Macmillan Company, Nova Iorque).

5ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, Guimarães, 2016

É com entusiasmo que relato a realização da V Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana – *Portuguese-language Network of Urban Morphology* – PNUM 2016 – nos dias 15 e 16 de Julho de 2016, ocorrida no Centro Cultural Vila Flor, na bela cidade de Guimarães em Portugal. Organizada pela Universidade do Minho, sob a primorosa coordenação geral de Jorge Correia e Miguel Bandeira, a quinta edição da Conferência PNUM dedicou-se ao tema 'Os espaços da morfologia urbana', nas abordagens referentes à pesquisa,

ensino e prática. Este tema geral foi tratado em nove eixos temáticos envolvendo: História da forma urbana, Heranças patrimoniais e regeneração urbana, Teoria da morfologia urbana, Da cidade ao território, Práticas e experiências didáticas, Métodos e técnicas, Agentes e processos de transformação, Do plano ao projeto e Espaço público e transformações recentes. O tema geral e respetivos eixos temáticos foram abordados por trabalhos prévios e criteriosamente selecionados, por comissão científica de estudiosos da morfologia urbana lusófona,